

Bioética e produção animal: necropolítica zootécnica como regime de governo

Juliana Costa Velho de Abreu¹

1. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Resumo

Propõe-se o conceito de necropolítica zootécnica como categoria analítica para compreender formas de governo da vida e morte nos sistemas industriais de produção animal. Com base na teoria necropolítica de Achille Mbembe, em diálogo com autores como Foucault e Agamben, analisa-se a produção animal intensiva como laboratório da racionalidade necropolítica, em que a vida é mantida apenas enquanto produz valor econômico. O método teórico-conceitual consiste na reconstrução crítica dos fundamentos históricos, epistemológicos e políticos da zootecnia moderna. Nessa perspectiva, o conceito de “porteira adentro” é ressignificado como zona de exceção que legitima práticas de confinamento. Os resultados teóricos indicam que a necropolítica zootécnica não constitui anomalia do sistema, mas sua forma normalizada de funcionamento, de modo a evidenciar a convergência entre tecnociência, economia e violência institucional. Ao tornar visível esse regime, o estudo contribui para o alargamento da bioética crítica e o debate sobre transição pós-produtivista em países de capitalismo periférico.

Palavras-chave: Bioética. Bem-estar do animal. Criação de animais domésticos. Política de alimentos.

Resumen

Bioética y producción animal: la necropolítica zootécnica como régimen de gobierno

Se propone el concepto de necropolítica zootécnica como categoría analítica para comprender las formas de gobierno de la vida y la muerte en los sistemas industriales de producción animal. Con base en la teoría necropolítica de Achille Mbembe, en diálogo con autores como Foucault y Agamben, se analiza la producción animal intensiva como un laboratorio de la racionalidad necropolítica, en el cual la vida se mantiene únicamente en la medida en que produce valor económico. El método teórico-conceptual consiste en la reconstrucción crítica de los fundamentos históricos, epistemológicos y políticos de la zootecnia moderna. Desde esta perspectiva, el concepto de “puertas adentro” se resignifica como una zona de excepción que legitima prácticas de confinamiento. Los resultados teóricos indican que la necropolítica zootécnica no constituye una anomalía del sistema, sino su forma normalizada de funcionamiento, evidenciando la convergencia entre tecnociencia, economía y violencia institucional. Al hacer visible este régimen, el estudio contribuye a la ampliación de la bioética crítica y al debate sobre la transición posproductivista en países de capitalismo periférico.

Palabras clave: Bioética. Bienestar del animal. Crianza de animales domésticos. Política nutricional.

Abstract

Bioethics and animal production: zootechnical necropolitics as a regime of governance

The concept of zootechnical necropolitics is proposed as an analytical category to understand forms of governing life and death within industrial animal production systems. Based on Achille Mbembe's necropolitical theory, in dialogue with authors such as Foucault and Agamben, intensive animal production is analyzed as a laboratory of necropolitical rationality, in which life is sustained only insofar as it produces economic value. The theoretical-conceptual method consists of a critical reconstruction of the historical, epistemological, and political foundations of modern animal science. From this perspective, the concept of “within the farm gate” is re-signified as a zone of exception that legitimizes confinement practices. The theoretical results indicate that zootechnical necropolitics does not constitute an anomaly of the system, but rather its normalized mode of operation, thereby revealing the convergence between technoscience, economy, and institutional violence. By making this regime visible, the study contributes to the expansion of critical bioethics and to the debate on post-productivist transition in countries of peripheral capitalism.

Keywords: Bioethics. Animal cruelty animal production. Animal husbandry. Nutrition policy.

Declara não haver conflito de interesse.

Este artigo parte da constatação de que os sistemas agroindustriais de produção animal, especialmente aqueles voltados à produção em gaiolas, operam sob formas de racionalidade que ultrapassam a gestão técnica da produtividade. “Da porteira adentro”, instaura-se verdadeira zona de exceção onde a violação de direitos é naturalizada e a soberania sobre a vida e a morte pertence ao dono do dinheiro, o proprietário da fazenda.

Sob o amparo de decretos e normas estaduais e federais, o confinamento em larga escala, a padronização genética e o controle biotecnológico dos corpos compõem um regime de governo que transforma a própria vida em variável econômica. Trata-se de sistema sustentado pela força do mito da neutralidade científica e pela promessa de eficiência, que mascara a violência estrutural inscrita em suas práticas diárias. Nesse contexto, torna-se urgente compreender as dimensões éticas e políticas que legitimam e perpetuam tais regimes de exceção.

A análise aqui proposta ancora-se na teoria da necropolítica desenvolvida por Mbembe¹ e busca adaptá-la ao campo da produção animal intensiva, em diálogo com autores como Foucault², Agamben³ e Haraway⁴. O artigo propõe que o conceito de necropolítica zootécnica permitirá compreender o modo como a administração técnica da morte e do sofrimento se converte em instrumento de governança produtiva. Em um contexto de constante morte em vida, os corpos animais são mantidos em funcionamento até o limite de sua exaustão biológica, convertidos em recursos vivos descartáveis. A vida é, assim, controlada, prolongada/encurtada e consumida sob um regime de gestão que nega à existência qualquer valor fora da lógica da produção.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo instituir o conceito de necropolítica zootécnica como categoria de análise capaz de revelar a estrutura de um modo de produção que se reproduz em todo o território brasileiro e que deixa um rastro contínuo de violações de direitos de animais humanos e não humanos legitimadas pela racionalidade tecnocientífica e pela lógica de mercado. Com a proposição dessa categoria, busca-se demonstrar que, “porteira adentro”, a violência estrutural da agroindústria se manifesta como zona de exceção permanente, onde a

vida é instrumentalizada e o sofrimento é aceito enquanto preservar o lucro.

Método

Adotou-se o método teórico-conceitual, ancorado na reconstrução crítica dos fundamentos históricos, epistemológicos e políticos que sustentam a zootecnia moderna. A metodologia de revisão baseou-se em mapeamento bibliográfico intencional, orientado por critérios de relevância teórica, recorrência nas discussões sobre poder e vida e pertinência ao campo da biopolítica e ética interespecie. O arcabouço teórico foi composto por obras que dialogam com a noção de necropolítica e suas derivações contemporâneas, notadamente de Mbembe¹, Foucault², Agamben³ e Haraway⁴, além de autores latino-americanos que problematizam a racionalidade produtivista e a dimensão ética da exploração animal.

A análise teórica consistiu em identificar convergências, deslocamentos e tensões conceituais entre esses autores, com o objetivo de compreender como a racionalidade da biopolítica se transforma em necropolítica produtiva no contexto dos sistemas industriais de produção animal. O procedimento analítico buscou articular categorias da filosofia política com a materialidade da produção zootécnica e levou ao reconhecimento nesta do exercício cotidiano do poder de decidir sobre a vida e a morte.

A escolha de Achille Mbembe¹ como eixo da reflexão não decorre apenas de sua formulação da necropolítica, mas da força expansiva que tal conceito carrega ao deslocar a biopolítica foucaultiana para territórios onde a vida é mantida em estado de morte. Se, em Foucault², a biopolítica se ocupa de gerir e otimizar a vida, em Mbembe a necropolítica revela a racionalidade pela qual o poder não apenas administra, mas fabrica zonas de morte como condição de funcionamento do sistema. É justamente nesse transbordamento que se abre a possibilidade de pensar os corpos animais como parte de um mesmo arranjo político de descartabilidade.

A necropolítica zootécnica, nesse sentido, surge como desdobramento necessário do próprio conceito mbembiano: se o necropoder se exerce onde a vida é tornada matável, faz-se necessário

reconhecer na produção animal industrial um laboratório exemplar dessa racionalidade. Trata-se de um campo em que a vida é biologicamente prolongada ou consideravelmente encurtada e economicamente calculada, mas existencialmente anulada. A morte se confunde com a própria condição da vida.

Com base na reflexão de Mbembe¹ sobre a administração política da morte, propõe-se aqui o deslocamento do olhar para o campo da produção animal intensiva. Essa transposição exige identificar os espaços concretos em que a soberania sobre a vida se exerce e em que a exceção se converte em rotina produtiva. É nesse contexto que se formula a categoria “porteira adentro” como conceito analítico central da necropolítica zootécnica.

Usualmente empregada no vocabulário técnico do agronegócio para designar o interior da propriedade rural, a expressão “porteira adentro” ganha, neste trabalho, inflexão crítica. Passa a designar a zona de exceção onde a soberania privada do capital se sobrepõe à soberania pública do Estado e, assim, institui-se um regime de governo em que a vida humana e não humana é administrada segundo critérios de rentabilidade. O poder econômico assume forma soberana: o dono do dinheiro decide quem vive, como vive, quanto vive e como morre.

Sob esse prisma, “porteira adentro” deixa de ser apenas uma delimitação espacial para se tornar uma categoria política e epistemológica. É exatamente nesse território que a legalidade se torna plástica e passível de responder à conveniência econômica, em que o discurso técnico-científico consegue legitimar práticas sistemáticas de violação de direitos. Dessa forma, “porteira adentro” não é apenas o espaço físico onde corpos são confinados, mas o território simbólico e político em que se consolidam as formas contemporâneas de exploração e desumanização. É nesse interior, onde a exceção se institucionaliza e o sofrimento se contabiliza, que se manifesta a face mais concreta da necropolítica: a da vida transformada em número, em carne, em mercadoria.

Autores como Agamben¹ e Haraway⁴ oferecem mediações cruciais nesse percurso. A figura do *homo sacer*, vida nua despojada de qualquer valor político, encontra ressonância no animal confinado, cuja morte não é sequer concebida como perda, sendo, muitas vezes, o fim que justifica os

meios. Haraway⁴ descreve a constituição de criaturas de laboratório e linha de montagem, revelando o ponto em que organismo e máquina se tornam indiscerníveis. Essas contribuições expõem a plasticidade conceitual necessária para nomear a zona híbrida em que a zootecnia moderna inscreve os corpos.

Da crítica agroecológica que denuncia a homogeneização genética e a ruptura metabólica entre sociedade e natureza à bioética crítica, que evidencia as formas de eugenia tecnocientífica operando nos bastidores da zootecnia, o que emerge é uma racionalidade política que naturaliza o sofrimento como dado técnico. É nessa interseção entre o necropoder, que define vidas como descartáveis, e a tecnociência, que mascara a dor como variável de produtividade, que a categoria “necropolítica zootécnica” se consolida.

Portanto, esse conceito busca contribuir ativamente na discussão, ao recusar os limites antropocêntricos da teoria crítica, reinscrever o pensamento de Mbembe¹ em chave multiespécie e expor a face necropolítica de uma ciência que se apresenta como neutra. Ao nomear esse regime como necropolítica zootécnica, não apenas se denuncia a violência invisibilizada nos sistemas de produção animal, mas se propõe uma lente capaz de desvelar o entrelaçamento entre técnica, economia e política na fabricação de corpos vivos em estado de morte rentável.

Necropolítica zootécnica

Fundamentos históricos e estrutura produtiva

Ao longo da história moderna, a zootecnia consolidou-se como saber técnico-científico voltado à maximização da produtividade animal. Contudo, sob a égide do capitalismo neoliberal e globalizado, esse campo passou a operar como instrumento biopolítico radicalizado, cujo objetivo não é apenas o controle da vida, mas sua programação para a exaustão e o descarte. O corpo animal, confinado, mutilado e instrumentalizado, deixa de ser reconhecido como sujeito de vida e passa a ser tratado como unidade produtiva descartável, isto é, um corpo cuja existência só é legitimada enquanto gera valor econômico.

É neste ponto que a necropolítica zootécnica se impõe como conceito necessário. Diferentemente da biopolítica foucaultiana, que administra e otimiza a vida, a necropolítica, nas palavras de Mbembe, fabrica zonas de morte em meio à vida, na medida em que produz corpos vivos que são tratados como mortos-vivos, submetidos a agonia, confinamento, abandono e exposição permanente a dor¹, que criam consigo mundos de morte, aqui nomeados pelo conceito de “porteira adentro”. Este é precisamente o destino reservado às galinhas poedeiras e matrizes suínas em sistemas de produção intensiva, cuja vida é reduzida a uma linha de montagem, onde cada batida do coração é medida pelo número de ovos ou filhotes que podem gerar.

A consolidação da necropolítica zootécnica como regime de governo da morte animal encontra respaldo histórico na reestruturação técnico-científica do campo no pós-guerra, especialmente por meio da chamada Revolução Verde. Esse processo, promovido por interesses geopolíticos e corporativos, levou à industrialização da agricultura nos países do Sul Global sob o pretexto da modernização e combate à fome. A Revolução Verde inaugurou uma nova racionalidade produtiva baseada na padronização genética, uso intensivo de agroquímicos, mecanização e submissão dos ciclos da natureza à lógica da eficiência econômica^{5,6}.

Esse mesmo paradigma se estendeu à produção animal, consolidando o que se chamou de Revolução Proteica⁷, um processo de industrialização radical dos sistemas pecuários, que transformou o animal literalmente em fábrica/máquina, o que Steinfeld e colaboradores⁸ nomearam como *livestock revolution*.

Nesta, os corpos animais passaram a ser tratados como máquinas biológicas em ambientes controlados, o que deu origem ao modelo *Concentrated Animal Feeding Operations* (Cafo), caracterizado por padronização genética, uso extensivo de antibióticos, controle ambiental artificial e altíssimo grau de especialização do corpo animal⁹, acompanhados por intensificação de pesquisas na área de zootecnia. No caso das aves poedeiras, isso se materializa em linhagens altamente selecionadas para postura intensiva, mantidas sob fotoperíodos artificiais, com dieta controlada, debicagem e privação completa de comportamentos naturais¹⁰. Esse regime cria uma

vida biologicamente controlada, existencialmente mutilada, em que o animal sobrevive enquanto funcional ao sistema e morre no momento em que deixa de sê-lo.

Essa trajetória demonstra que, longe de ser uma anomalia, a necropolítica zootécnica constitui a espinha dorsal do modo de produção capitalista, principalmente em países de capitalismo periférico, em sua fase neoliberal e globalizada. Ela organiza o sofrimento como externalidade aceitável e, muitas vezes, inquestionável, legítima o confinamento como técnica de eficiência e dissolve a subjetividade animal sob camadas de tecnocracia e neutralidade científica. Trata-se, portanto, de um regime que fabrica corpos vivos em estado de morte lenta, naturalizada e rentável. Esse percurso histórico permite compreender a gênese da necropolítica zootécnica como forma de governo da vida e da morte na agroindústria contemporânea.

Implicações éticas, epistemológicas e políticas

A formulação do conceito de necropolítica zootécnica desloca o debate sobre produção animal do plano técnico para o plano ético-político. O que antes era visto como problema de manejo torna-se questão de soberania e justiça. “Porteira adentro” revela o ponto cego da modernidade científica: o lugar onde a racionalidade instrumental transforma a vida em variável econômica e legítima a violência sob o nome de eficiência.

Do ponto de vista epistemológico, essa perspectiva exige rever o próprio estatuto do conhecimento zootécnico. A ciência aplicada, ao naturalizar a dor como dado experimental e a morte como etapa do processo produtivo, converte-se em tecnologia de governo. Reconhecer essa implicação é reconhecer que a neutralidade científica é, muitas vezes, a linguagem institucional da necropolítica.

Sob a ótica ética, o conceito impõe uma ampliação radical da bioética. Já não basta discutir “bem-estar animal” em termos de mitigação do sofrimento: é preciso questionar o sistema que o produz. A bioética crítica, nesse sentido, torna-se campo de resistência epistemológica, capaz de repolitizar a relação entre técnica, lucro e sofrimento.

Politicamente, a zona de exceção “porteira adentro” evidencia a privatização da soberania sobre a vida. O Estado delega ao capital a autoridade

de decidir quem vive e como morre, transferindo ao mercado a função biopolítica e, por extensão, necropolítica. Ao trazer esse espaço à visibilidade, o conceito de necropolítica zootécnica expõe o pacto entre ciência, propriedade e poder e reafirma o lugar da ética interespecie e da transição pós-produtivista como campo já em disputa, mas ainda insuficientemente explorado nas análises sobre produção animal em países de capitalismo periférico.

Ao inscrever a necropolítica zootécnica nesse horizonte, busca-se adensar o debate e revelar as mediações entre técnica, poder e dependência econômica que sustentam o regime de exploração “porteira adentro”. Em síntese, as implicações éticas, epistemológicas e políticas dessa leitura não se encerram na crítica: apontam para a necessidade de reformar o pensamento científico, as políticas públicas e a formação profissional. O desafio é deslocar o eixo da produção para o da coexistência pela reconstrução da zootecnia como ciência da vida, e não da morte administrada.

Considerações finais

As reflexões aqui desenvolvidas buscam abrir novas vias de leitura por meio da instauração da categoria de necropolítica zootécnica como ferramenta crítica para compreender o modo como a vida humana e não humana é capturada pela racionalidade produtiva contemporânea. “Porteira adentro”, o que se observa, não é apenas a gestão técnica dos corpos, mas a expressão cotidiana de uma economia política da morte que sustenta o próprio ideal de progresso.

Esse quadro assume contornos ainda mais dramáticos nos países de capitalismo periférico, onde, como observa Luis Felipe Miguel¹¹, as condições estruturais de dependência, financeirização e fragilidade institucional produzem democracias

vulneráveis e espaços ampliados de exceção. Nesses contextos, a necropolítica não é apenas uma lógica de governo, mas uma necessidade sistêmica: o preço da inserção subordinada na economia global. A produção animal intensiva, com sua materialidade cruel e tecnificada, condensa a assimetria entre centro e periferia, revelando que as fronteiras da soberania nacional e da ética pública terminam, literalmente, nos limites da porteira.

Assim, pensar a necropolítica zootécnica nos países periféricos é pensar a continuidade das hierarquias coloniais sob novas roupagens: a colonização da vida e da terra agora mediada pela tecnociência e pela retórica da sustentabilidade. O sofrimento animal, o adoecimento humano e a degradação ambiental tornam-se expressões convergentes de uma mesma estrutura de exploração, cuja legitimidade repousa na promessa do desenvolvimento.

As implicações éticas, epistemológicas e políticas desse diagnóstico apontam para a urgência de um deslocamento epistemológico: da produção para a coexistência, da eficiência numérica para a responsabilidade, da neutralidade científica para a justiça interespecie. Essa inflexão dialoga com o que Eduardo Gudynas¹² denomina *buen vivir*, um paradigma ético-ecológico latino-americano que se opõe ao produtivismo e propõe uma convivência baseada na reciprocidade entre seres humanos, animais e ecossistemas.

O futuro das pesquisas nesse campo deve buscar articular o conceito de necropolítica zootécnica a estudos comparativos entre países periféricos, à formulação de políticas públicas sensíveis à sensibilidade e ao fortalecimento de epistemologias do Sul que reivindiquem outras formas de produzir e viver. Pensar a vida “porteira adentro” é também repensar o lugar da América Latina na ordem global e, com isso, ensaiar outros modos de coexistir no planeta.

Referências

1. Mbembe A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1; 2018.
2. Foucault M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal; 1988.
3. Agamben G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2002.
4. Haraway D. *Quando as espécies se encontram*. Minneapolis: University of Minnesota Press; 2008.

5. Shiva V. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia; 1993.
6. Patel R. The value of nothing: how to reshape market society and redefine democracy. New York: Picador; 2009.
7. Delgado C, Rosegrant MW, Steinfeld H, Ehui S, Courbois C. Livestock to 2020: the next food revolution. Washington: IFPRI; 1999.
8. Steinfeld H, Gerber P, Wassenaar T, Castel V, Rosales M, Haan C. Livestock's long shadow: environmental issues and options. Rome: FAO; 2006.
9. Fraser D. Understanding animal welfare: the science in its cultural context. Oxford: Wiley-Blackwell; 2008.
10. Mench JA. Farm animal welfare in the U.S.A.: farming practices, research, education, regulation, and assurance programs. Appl Anim Behav Sci [Internet]. 2008 [acesso 2 fev 2026];113(4):298-312. DOI: 10.1016/j.applanim.2008.01.009
11. Miguel LF. Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica; 2022.
12. Gudynas E. Buen vivir: today's tomorrow. Development [Internet]. 2011 [acesso 2 fev 2026];54(4):441-7. DOI: 10.1057/dev.2011.86

Juliana Costa Velho de Abreu – Mestra – julianacostavelho@gmail.com

 0000-0002-9590-3880

Correspondência

Juliana Costa Velho de Abreu – Rua Professor Bernardino Rocha, 132, Parque São Jorge, Campos dos Goytacazes, CEP 28080-176. Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Disponibilidade de dados: Todos os dados utilizados ou gerados na pesquisa estão integralmente descritos e apresentados no corpo do artigo.

Editora responsável: Dilza Teresinha Ambrós Ribeiro

Recebido: 7.6.2025

Revisado: 2.2.2026

Aprovado: 10.2.2026